

A REQUALIFICAÇÃO DA MISSÃO ATRAVÉS DA INCULTURAÇÃO E INTERCULTURAÇÃO

RESUMO

O significado fundamental da missão cristã reside na capacidade de propor o Evangelho como uma dimensão essencial para a realização do ser humano e para a melhoria da qualidade da existência. Historicamente, a relação entre evangelização e culturas tem sido articulada através de diferentes modelos teorizados e evoluídos ao longo do tempo: desde a aculturação (frequentemente resolvida em mono-aculturação ou ocidentalização), à adaptação e encarnação, até aos princípios de contextualização e libertação. Cada uma destas abordagens destaca como a inculturação é um processo complexo que deve considerar a cultura não como um museu estático de tradições, mas como um sistema dinâmico e adaptativo através do qual o homem dá sentido à sua própria experiência e constrói a sua própria identidade.

A inculturação, entendida num sentido profundo, requer reciprocidade constante e frutificação mútua entre a mensagem do Evangelho e o contexto cultural em que se insere. A cultura configura-se como um projeto de vida guiado por sinais, símbolos, regras de comunicação, memória histórica e uma visão global da existência. Para evitar fechar-se no particularismo ou na autorreferencialidade, a inculturação deve necessariamente evoluir para a interculturalidade, ou seja, um diálogo aberto e colaborativo capaz de promover uma "convivialidade das diferenças". Nesta perspetiva, a proposta cristã apresenta-se como uma força hermenêutica e crítica orientada para a promoção da vida e da dignidade humana.

Adotar um estilo intercultural implica uma transformação profunda na forma como enfrentamos o outro e a diversidade. Este caminho gera três efeitos principais: primeiro, conduz ao reconhecimento da relatividade e da modéstia cognitiva, redimensionando a presunção de possuir princípios absolutos unificadores; segundo, revela a pluralidade de visões do mundo, superando a ilusão de autossuficiência e apelando à escuta e ao cuidado; finalmente, convida-nos a acolher a estranheza e a figura do "estrangeiro" para além dos preconceitos, suspendendo o julgamento para construir laços de partilha, justiça e paz.

Em conclusão, a reativação da missão evangélica baseia-se no paradigma do dom e da responsabilidade para com os outros, tomando como modelo figuras como a do Bom Samaritano. A evangelização das culturas deve, portanto, seguir um itinerário pedagógico e metodológico claro: colocando no centro a experiência libertadora dos valores do Reino, promovendo um estilo profético de correlação crítica com as realidades sociais e económicas, e trabalhando para o florescimento do bem humano e comum. Só tornando-se uma força contracultural e aberta ao diálogo pode a comunidade cristã contribuir para a cura do tecido social e o testemunho da fraternidade autêntica.

SÍNTESE

1. O significado mais autêntico da missão reside na capacidade de propor o Evangelho como uma dimensão importante para a qualidade de vida e para a realização de cada mulher e homem. Esta é a experiência que o Novo Testamento atesta na vida das primeiras comunidades cristãs. A evangelização sustenta a necessidade de criar as condições para uma experiência religiosa e ética à luz da *revolução dos valores* do Reino. A consequência desta experiência é que a missão está ligada às questões da existência nas suas dimensões pessoais, políticas, económicas e ambientais. Por esta razão, na história da missão existiram diferentes modelos de “evangelização das culturas” que marcaram a evolução da experiência e da ideia de missão.

Entre estes modelos, o modelo da “inculturação” emerge com clareza de método, que, segundo o modelo do modo de vida de Jesus, inclui a missão como a necessidade de partilhar aqueles valores éticos e religiosos capazes de alimentar uma cultura que humaniza segundo as dinâmicas de dar, cuidar e amar. Agora, parece evidente que a compreensão do processo de inculturação está intimamente ligada ao conceito de cultura e à sua delimitação em relação à organização da existência. A razão é que *a evangelização das culturas opera como reciprocidade*, no sentido em que as realidades do Evangelho e do mundo cultural são nutridas e frutíferas no desenvolvimento do seu respetivo potencial de planeamento. A cultura, na verdade, é um *projeto de sistema de vida* que acompanha o movimento da existência de homens e mulheres, ajudando a acompanhar o ser humano que, a partir do seu estatuto de incompletude, é impulsionado a explorar, inovar e organizar, a tal ponto que a identidade cultural é progressivamente construída como uma forma de auto-organização humana.

Não é fácil definir cultura, embora apareça como o *filtro social da realidade* com o qual damos significado às nossas experiências do mundo. É uma resposta, por mais variável que seja, que interage com a complexidade da condição humana e a sua precariedade, tornando-se um modo de vida socialmente herdado. A este nível, a cultura tem uma *função adaptativa*, como resposta, longe de ser estática, de um dado grupo social ao ambiente, numa tentativa de manter um equilíbrio na busca pela identidade. Se, portanto, a cultura pretende ser válida como *projeto de sistema de vida*, só o é se seguir o movimento da existência de homens e mulheres, contribuindo para acompanhar o humano que, a partir do seu estatuto de incompletude, é impulsionado a explorar, inovar, organizar, a tal ponto que a identidade cultural é progressivamente construída como uma forma de auto-organização humana. Constitui um sistema complexo, articulado e dinâmico, para interpretar o qual é necessário compreender modelos e regras de operação. Ao mesmo tempo, o sistema complexo é entendido com uma relação de partes, onde a intervenção sobre um elemento do sistema tem consequências observáveis sobre os outros elementos e sobre a sua ligação.

2. Introduzir o fermento do Evangelho na história e na vida é iniciar um processo cultural convincente, pois contribui para dar nova coesão e forma à cultura, ajuda a alargar o nosso

olhar para os valores universais que nenhuma cultura pode incluir e esgotar, e convida-nos a entrar numa convivialidade de diferenças, na qual as culturas inauguram um estilo de reciprocidade. Para o alcançar, é necessário partilhar *valores comuns* como estímulo para uma abertura entre culturas e dentro delas. O risco de universos fechados, de preconceitos culturais que se tornam intransponíveis devido à relatividade de todo valor cultural, conduz a formas de particularismo arriscado. Isto de forma alguma implica a negação da própria tradição e identidade, mas sim uma abertura aos outros e a capacidade de confronto colaborativo.

Deste ângulo, pode-se sustentar que *a inculturação é um processo hermenêutico*: provoca a necessidade de reinterpretação, na medida em que sugere outra perspetiva mais ampla, marcada pela necessidade da universalidade. Ao mesmo tempo, experimenta a recompreensão do seu dinamismo e dos seus conteúdos, inserindo-se na concretez histórica de uma cultura, através de valores, códigos simbólicos e comportamentos que refletem a reciprocidade da relação entre o Evangelho e a cultura. O encontro das culturas é a razão básica pela qual *a inculturação deve conduzir à interculturalidade*, caso contrário um encontro autêntico entre Cristianismo e cultura seria artificial e, talvez, irrealizável,

3. Um caminho de interculturalidade produz pelo menos um efeito triplo:

- a) reconhecer *a relatividade* e *a modéstia cognitiva* como princípios orientadores da existência. A alteridade questiona o próprio ponto de vista, desconstrói a presunção de ser idêntico, é um componente necessário da nossa humanidade e subjetividade;
- b) a descoberta da pluralidade de mundos e visões de vida provoca uma inversão na leitura da realidade e na relação com os outros, pois requer abertura e escuta, atenção e solidariedade, respeito e cuidado, capacidade de compreender e também capacidade de se transformar em relação ao novo e ao diferente;
- c) abrir-se ao estranho significa dispor-se a um novo conhecimento do outro que conduzirá à partilha de valores, significados, práticas que visam a coexistência e o bem comum. Sem este passo, qualquer compreensão da diversidade será impraticável. Mas isto requer muito tempo, uma tecelagem paciente de *laços e relações, formas de coexistência, a suposição da alteridade como destino, empatia*.

A *ética da interculturalidade*, em suma, exige o exercício da responsabilidade. Despertar para o outro, encontrá-lo gratuitamente, sem objetivos imperialistas, alarga o horizonte da interculturalidade para a questão da *justiça* e da paz em termos políticos, económicos e ambientais.

4. A evangelização exige que as comunidades cristãs *sejam capazes de interpretar os sinais dos tempos* para discernir os caminhos da história, dos efeitos e do condicionamento cultural. Nisto podemos identificar uma *escansão metodológica* que é decisiva para o dinamismo teológico da missão e para os processos pastorais que dela se seguem:

- a) *Colocar a experiência libertadora do Evangelho no centro.* Trata-se da relação entre evangelização, libertação e humanização, que é também a história de uma tensão, estabelecida na compreensão do exercício teológico e na configuração profética das comunidades eclesiais. A razão reside na real aquisição da cultura e, em particular, do espaço ético de homens e mulheres, que constitui a condição necessária para poder falar de uma imagem diferente do mundo e da história;
- b) *Em vista de um estilo evangélico profético.* Uma segunda indicação deve basear-se numa dimensão de *correlação crítica*: oferecer critérios de referência para que as boas novas do evento cristão dialoguem com as muitas situações social, económica e política, convidando-as a um processo de discernimento e mudança. Este é o momento crucial e mais delicado e o impacto não é dado como garantido, nem pode ser planeado antecipadamente. O que está em jogo é a liberdade de assumir responsavelmente os resultados de uma visão de vida diferente que as narrativas bíblicas e a história de Jesus propõem como paradigma de uma nova cultura.
- c) *Fazer florescer o bem humano e comum.* O processo de evangelização da cultura deve visar a *recriação do tecido humano*, um pré-requisito indispensável para reformular uma cultura que promova a bondade e a paz. O compromisso com o ambiente, a economia e a política estão intimamente ligados à responsabilidade social de acreditar no testemunho, uma expressão de uma espiritualidade de compaixão e solidariedade que cultiva a humanidade segundo os valores do Reino. Só nesta perspetiva a evangelização poderá dar forma a comunidades cristãs cujo modelo de pensamento e abordagem dialógica a questões que dizem respeito à vida comum possam contribuir para a narração e construção de uma cultura que coloque o florescimento do ser humano no centro.

A REQUALIFICAÇÃO DA MISSÃO ATRAVÉS DA INCULTURAÇÃO E INTERCULTURAÇÃO

Prefácio

O significado mais autêntico da missão reside na capacidade de propor o Evangelho como uma dimensão importante para a qualidade de vida e para a realização de cada mulher e homem. Esta é a experiência que o Novo Testamento atesta na vida das primeiras comunidades cristãs. Nele existem dois indicadores preciosos: por um lado, a convicção de que o *kerygma* é a proclamação-proposta de um projeto que diz respeito às expectativas do homem e da cultura, mesmo que exija um caminho de transformação que não é fácil; por outro lado, a evangelização alimenta a necessidade de criar as condições para uma experiência religiosa e ética à luz da *revolução dos valores* do Reino. A consequência desta experiência é que a missão está ligada às questões da existência nas suas dimensões pessoal, política, económica e ambiental. Por esta razão, na história da missão houve diferentes modelos de “evangelização das culturas” que marcaram a evolução da experiência e da ideia de missão.

1 Na sequência de alguns modelos

Deste ponto de vista e por síntese, a análise das modalidades dos processos de evangelização das culturas realizados na sua época por V. Neckebrouck pode ser útil¹. Através de algumas categorias-chave, como “aculturação”, “adaptação”, “encarnação”, “contextualização”, “libertação” permite que surjam os limites e potencialidades da inculturação do Evangelho. Embora esquematicamente, emerge um quadro de referência indicativo para compreender a particularidade do significado do conceito de inculturação que, como se pode ver, é um processo complexo e articulado, que inclui diferentes níveis de interpretação.

Por detrás da palavra aculturação, antropológicamente entendida como um fenómeno cultural produzido pelo encontro entre grupos de indivíduos com culturas diferentes e pela mudança cultural, a história dos processos de evangelização mostrou como, de facto, o que aconteceu foi uma mono-aculturação, designada com palavras, em certo sentido, equivalentes à cristianização e ocidentalização. Esta opção foi modulada pela rejeição das religiões indígenas e pela atitude crítica, senão rejeitadora, em relação aos costumes tradicionais. Embora não a considere totalmente inadequada, a aculturação parece pagar a dívida a um modelo ocidental como único critério de autenticidade da encarnação cultural do cristianismo.

O *método de adaptação* seguiu um caminho triplo. No início há a proposta da mensagem feita pelos missionários ocidentais, que quase sempre ocorre nas categorias da sua cultura. Depois é necessário libertar a mensagem de tudo o que não pertence ao seu núcleo imutável, na essência libertá-la dos elementos culturais especificamente europeus. Finalmente, é

¹ Cf. V. NECKERBROUK, *A Terceira Igreja e o Problema da Cultura*, Paoline, Cinisello Balsamo 1990.

necessário vestir esta essência despida com formas culturais tipicamente africanas, asiáticas ou outras. No entanto, a necessidade de adaptação não é suficiente, especialmente porque parece estar limitada ao contexto da teologia prática e da liturgia.

O *método encarnacional* respeita a necessidade de atenção às culturas nativas como um facto irreprimível, embora o risco seja o de pré-determinar estaticamente o significado da cultura, quase isolando-a num museu de formulações, tradições, costumes que não respondem ao movimento da vida e aos caminhos das comunidades e sociedades. Este método foi integrado com o princípio da “contextualização”, mais atento às dinâmicas das culturas e aos fenómenos sociais e ideológicos que intervêm para modificar leituras culturais ultrapassadas.

Finalmente, tendo em conta que o Evangelho traz consigo uma transformação da realidade cultural, social, ética e religiosa, o *método da libertação foi afirmado* como uma ferramenta que nos permite viver a proximidade sociocultural em analogia com a encarnação de Jesus de Nazaré, com respeito pela alteridade, mas também na crítica às “estruturas do pecado”.

2 O horizonte da cultura: significado e projeto

Parece evidente que a compreensão do processo de inculturação está intimamente ligada ao conceito de *cultura* e à sua delimitação em relação à organização da existência. No contexto da ideia de intercâmbios culturais, a inculturação diz respeito à relação que o Cristianismo estabelece com as culturas, partindo desse processo de aculturação (encontro entre cultura e cultura) que não pode ser considerado óbvio nas suas pressuposições nem linear nas suas consequências. Por uma razão básica: que *a evangelização das culturas opera uma reciprocidade*, no sentido em que as realidades do Evangelho e do mundo cultural são nutridas e frutíferas no desenvolvimento das suas respetivas potencialidades de planeamento. Se a inculturação prosseguir sob a forma de contágio cultural, este processo levanta, no entanto, a questão de quanta cultura o Cristianismo pode absorver no objetivo de uma transformação cultural.

Não é fácil definir cultura, embora apareça como o *filtro social da realidade* com o qual damos significado às nossas experiências do mundo. É uma resposta, por mais variável que seja, que interage com a complexidade da condição humana e a sua precariedade, tornando-se um modo de vida socialmente herdado. Neste nível, a cultura tem uma *função adaptativa*, como resposta, longe de ser estática, de um dado grupo social ao ambiente, numa tentativa de manter um equilíbrio na busca da identidade. Se, portanto, a cultura pretende ser válida como *projeto de sistema de vida*, só o é se acompanhar o movimento da existência de homens e mulheres, ajudando a acompanhar o humano que, a partir do seu estatuto de incompletude, é impulsionado a explorar, inovar, organizar-se, a tal ponto que a identidade cultural é progressivamente construída como uma forma de auto-organização humana.

A cultura é um sistema complexo, articulado e dinâmico, para interpretá-lo é necessário compreender modelos e regras de operação. Ao mesmo tempo, entende-se com uma relação de partes, onde a intervenção sobre um elemento do sistema tem consequências observáveis sobre os outros elementos e sobre a sua ligação. Por esta razão, é apropriado ter em mente algumas dimensões básicas.

- ✓ Em primeiro lugar, o homem dá forma à sua experiência através de sinais, símbolos e modelos de comportamento, que se referem a um contexto específico (geográfico, económico, político, religioso, etc.);
- ✓ Em segundo lugar, a cultura é transmitida através das regras da comunicação e com línguas diferentes e múltiplas que não são indiferentes na transmissão de valores, normas e conteúdos;
- ✓ Em terceiro lugar, a cultura é alimentada pela memória histórica que seleciona, sem dúvida, e desenvolve elementos culturais do passado, para os reformular e entregar às escolhas futuras do indivíduo e das sociedades, mesmo com a possibilidade de uma modificação desses elementos;
- ✓ Finalmente, a cultura promove um processo de definição da identidade. Surge como uma visão global da existência que, por mais provisória que seja, constitui uma ou mais respostas às questões que surgem da experiência e da reflexão sobre o mistério da condição humana e da sua história.

3 A dinâmica da interculturação

A inculturação pode e deve contribuir para a criação de uma cultura diferente, na qual o encontro e a relação são critérios distintivos. Será concebível que a originalidade do Evangelho enriqueça identidades abertas, espaços culturais capazes de configurar formas de coexistência qualitativa? A tarefa da inculturação faz parte da responsabilidade histórica de promover a cultura como um lugar onde se organizam e se usufruem dos bens da vida, conscientes de que, fora dela, a experiência de crer corre risco de irrelevância. Por uma razão essencial que a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI recorda: «chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade» (n. 19). A consequência é importante: assumir a condição humana e a sua gramática implica um processo de evangelização que intercepta as questões fundamentais da vida, na consciência de que a ligação constitutiva entre o cristianismo e a cultura se refere à história da libertação e emancipação humanas.

Portanto, introduzir o fermento do Evangelho é iniciar um processo cultural convincente, pois contribui para dar nova coesão e forma à cultura, ajuda a alargar o nosso olhar sobre os valores

universais que nenhuma cultura pode incluir e esgotar, chama-nos a entrar numa convivialidade de diferenças, na qual as culturas inauguram um estilo de reciprocidade. Segundo esta lógica, a inculturação sabe que, do ponto de vista antropológico, a complexidade cultural traduz o dinamismo das mudanças que as culturas experienciam nem sempre espontaneamente. Os sistemas de vida e os projetos sociais são frequentemente sujeitos a acelerações que por vezes os obrigam a não equilibrar as escolhas de valores e os princípios orientadores dos indivíduos e das sociedades. Por esta razão, o esforço e a possibilidade de partilhar *valores comuns* são preciosos como estímulo para uma abertura entre culturas e dentro delas. O risco de universos fechados, de preconceitos culturais que se tornam intransponíveis devido à relatividade de todos os valores culturais, conduz a formas arriscadas de particularismo. Isto não implica a negação da própria tradição e identidade, mas sim uma abertura aos outros, consciente de uma intencionalidade ética mais ampla que convida as culturas a uma capacidade de confronto colaborativo.

Deste ângulo, pode argumentar-se que *a inculturação é um processo hermenêutico*: provoca a necessidade de reinterpretação, na medida em que sugere outra perspetiva mais ampla, marcada pela necessidade de universalidade. Ao mesmo tempo, experimenta a recompreensão do seu dinamismo e dos seus conteúdos, inserindo-se no concreto histórico de uma cultura, através de valores, códigos simbólicos e comportamentos que refletem a reciprocidade da relação entre o Evangelho e a cultura. No entanto, o evento da inculturação desencadeia processos críticos de conhecimento caracterizados pelo valor da libertação-salvação que o Evangelho atesta, ao expressar *a possibilidade de uma humanidade diferente*, na qual a ética e a religião estão ao serviço da promoção da vida. O encontro das culturas é a razão básica pela qual *a inculturação deve conduzir à interculturalidade*, caso contrário um encontro autêntico entre cristianismo e cultura seria artificial e, talvez irrealizável,

4 Rumo a um estilo intercultural

A questão fundamental na jornada de um cristianismo intercultural é como é possível que o Evangelho se abra ao futuro da interculturalidade como estilo de vida e exercício de uma nova humanidade. Isto implica entrar numa *relação dialógica* com a cultura que está sempre em movimento para configurar um mundo alternativo, assumindo a tarefa de estabelecer uma cultura do vizinho, do outro como diferente e *parceiro* numa qualidade de vida.

O primeiro efeito é reconhecer *a relatividade* e *a modéstia cognitiva* como princípios orientadores da existência. A experiência da diversidade cultural coloca-nos nos bancos de uma desmitologização da nossa forma de compreender a vida, ética, religião, política, etc. A própria diversidade cultural atua como uma resistência à presunção de princípios gerais capazes de unificar e governar a realidade. A alteridade põe em causa o próprio ponto de vista, desconstrói a presunção de ser idêntico, é um componente necessário da nossa humanidade e subjetividade.

O segundo efeito é que o encontro com outros homens e mulheres nos obriga a descobrir a pluralidade de mundos e visões de vida que perturbam o nosso eu onipotente, alertando-o da sua não-autossuficiência, nem cognitiva nem afetiva. É uma verdadeira inversão, em que a alteridade diferente faz-nos enfrentar a nossa própria identidade como um bem que já não é privado, transmitindo-nos a lição mais difícil de aceitar: *abertura e escuta, atenção e solidariedade, respeito e cuidado, capacidade de compreender e também de se transformar em relação ao novo e ao diferente*

O terceiro efeito é que abrir-se ao outro e compreendê-lo não é nada fácil, especialmente se o outro for *estrangeiro, um estranho*. Figura complexa e paradigmática, o estrangeiro expressa simbolicamente aquele que vem de fora, de territórios desconhecidos, que, apesar da sua proximidade, parece estranho, muitas vezes irrepresentável. Por esta razão, talvez, a estranheza aparece com um duplo significado: de estranheza e de diferença fundamental. Não é coincidência que a figura do estrangeiro tenha sido frequentemente (e ainda é) declinada de muitas formas: como inimigo, como alguém que não tem direitos porque não possui nem reside num lugar, como invasor, imigrante ilegal, sempre à margem de qualquer possibilidade de compreensão e integração.

Agora, a *escolha da interculturalidade* como estilo requer um processo articulado e amplo, capaz de favorecer a *suspensão do julgamento* que muitas vezes coloca barreiras psicológicas subtis, mas resistentes para perceber o outro tal como ele ou ela se apresenta. Trata-se, portanto, de aceitar esta extra necessidade e distancia, não para apagar a própria identidade, mas para se purificar dessas projeções, falsas certezas, controlo das emoções que não facilitam o encontro e a compreensão. Ao mesmo tempo, frequentar o outro não pode deixar de provocar uma reformulação das categorias iniciais, proporcionando um novo conhecimento do outro que conduzirá à partilha de valores, significados e práticas que visam a coexistência e o bem comum. Em suma, uma observação participativa é apropriada, sem presumir alcançar uma identificação completa, porque se permanecerá sempre outro, diferente, *outsider*. *Sem este passo, qualquer compreensão da diversidade será impraticável, tal como a comparação necessária com o que já se conhece será falaciosa, para se abrir à diferença cultural. Mas isso requer muito tempo, uma tecelagem paciente de laços e relações, formas de coexistência, a suposição da alteridade como destino de cada um, empatia.*

A *ética da interculturalidade*, em suma, exige o exercício da responsabilidade. Despertar para o outro, encontrá-lo gratuitamente, sem objetivos imperialistas, alarga o horizonte da interculturalidade para a questão da *justiça* e da paz em termos políticos, económicos e ambientais.

5 A missão: reativar a interculturalidade do Evangelho

Se a missão se baseia no estilo e na mensagem de Jesus Cristo, é porque reinterpreta a relação com o outro como critério para verificar a qualidade da proposta: perante o outro que não pertence ao meu grupo, estranho na sua particularidade cultural e religiosa, o encontro só

pode ocorrer por analogia com o *gesto inaugural de amor* que Deus colocou como a *lei paradoxal da existência*. Uma lei que invoca a transcendência do sujeito na preocupação do outro, até ao ponto de o substituir, como mostra o *paradigma do samaritano, para que o ethos do futuro possa ser iniciado*, que exige responsabilidade e um olhar escatológico e crítico sobre as insuficiências da história. Muito provavelmente, é aqui que reside a sugestão intercultural do Cristianismo: ao estabelecer a relação assimétrica, articula aquela cultura do dom que pode dar oxigénio a um estilo de vida em que predomina a convivialidade das diferenças. Se o dom é para o outro, é porque apela a uma reciprocidade que envolve as pessoas em relações qualitativas. O Evangelho, em suma, oferece-se como a *terceira* parte no diálogo intercultural, porque pode ajudar as culturas a encontrar-se, a tecer intercâmbios, para além da sua própria particularidade e até ao ponto de transformar os protagonistas. Abre espaços ainda por explorar, onde exorcizar o medo do outro e dar origem a um estilo de vida marcado pelo florescimento da bondade, fraternidade e liberdade. Neste sentido, a proclamação do Evangelho torna-se um *itinerário pedagógico* de confronto, conduzindo a cultura a um discernimento das suas próprias intenções e pretensões, das quais a escolha pode depender tanto do choque das civilizações quer da dignidade da diferença. Daqui deriva para a proclamação do Evangelho a tarefa de uma inserção necessária na lógica da cultura (e das culturas). Evangelizar a cultura é, portanto, participar na criatividade de uma humanidade melhor, acompanhando as suas escolhas, reviravoltas e fracassos².

É compreensível, portanto, como a evangelização é articulada no contexto da *legitimidade interpretativa* das comunidades cristãs, responsáveis por uma leitura do Evangelho capaz de discernir os caminhos da história dos efeitos culturais e do condicionamento. Muito provavelmente, aqui podemos identificar uma *escansão metodológica* que é decisiva para o dinamismo teológico da missão e para os processos pastorais que dela se seguem.

a) *Colocar a experiência libertadora do Evangelho no centro*. No primeiro nível, é necessário afirmar a necessidade da relação próxima entre o Evangelho e a cultura para permitir a *libertação da experiência fundamental*, que é a surpreendente irrupção dos valores e critérios do Reino. É uma questão, isto é, dessa relação entre evangelização, libertação e humanização que é também a história de uma tensão, que se estabelece na compreensão do exercício teológico e na configuração profética das comunidades eclesiais. A razão reside na real aquisição da cultura e, em particular, do espaço ético dos homens e das mulheres, que constitui a condição necessária para poder falar de uma imagem diferente do mundo e da história. Para além de uma imersão nas vidas e lutas daqueles que procuram uma qualidade de existência, especialmente daqueles que vivem à margem da sociedade, não existe uma evangelização autêntica, porque seria artificialmente induzida e não fruto do envolvimento com o povo, destinado à concretização de objetivos comuns. Tal envolvimento evoca e exige

² G. COLLET, “... Até aos confins da terra”. *Questões fundamentais da teologia da missão*, Queriniana, Brescia 2004, 244: A inculturação não pode, portanto, consistir no renascimento de costumes religiosos e eclesiásticos passados ou na preservação de estilos de vida que já não podem ser salvos. Antes, deve demonstrar a sua validade propondo uma alternativa vivível e vivível no meio de uma multiplicidade de ofertas religiosas e culturais significativas e convidando-nos a confiar no Evangelho e na sua promessa de vida».

atenção eclesiológica que deve focar-se na dimensão libertadora já presente na religiosidade e cultura, tanto cristã como de outras religiões, num aprendizado que torna o movimento da inculturação e evangelização recíproco.

b) *Em vista de um estilo evangélico profético.* A segunda indicação deve basear-se numa dimensão de *correlação crítica*: oferecer critérios de referência para que as boas novas do evento cristão dialoguem com as muitas situações sociais, económicas e políticas, convidando-as a um processo de discernimento e mudança. Este é o momento crucial e mais delicado e o impacto não é dado como garantido, nem pode ser planeado antecipadamente. O que está em jogo é a liberdade de assumir responsavelmente os resultados de uma visão de vida diferente que as narrativas bíblicas e a história de Jesus propõem como paradigma de uma nova cultura. No entanto, trata-se de abrir um choque interpretativo frutífero que entre em conflito com as soluções para a acomodação da proposta cristã. Neste sentido, a evangelização nesta fase ainda não se preocupa em dar forma a uma comunidade eclesial local, mas sim em criar as condições para um processo que vise uma verdadeira consciência do que o estilo evangélico implica para a sociedade, especialmente quando as estruturas de injustiça dificultam a história concreta da emancipação e afirmação da dignidade humana.

c) *Fazer florescer o bem humano e comum.* Porém, em particular, o processo de evangelização da cultura deve visar a *recriação do tecido humano*, um pré-requisito indispensável para reformular uma cultura que promova a bondade e a paz. O resultado deste objetivo, embora assuma uma lógica de cooperação, insere no seu horizonte a perspectiva da experiência religiosa face a novos estilos de vida. Desta forma, a experiência do crente pode e deve desempenhar um papel de reserva crítica relativamente às estruturas socioculturais que impedem muitas mulheres e homens de viverem em liberdade e com dignidade. O compromisso com o ambiente, a economia e a política estão intimamente ligados à responsabilidade social de testemunho crente, expressão de uma espiritualidade de compaixão e solidariedade que cultiva a humanidade segundo os valores do Reino. Só nesta perspectiva a evangelização pode dar forma a comunidades cristãs cujo modelo de pensamento e abordagem dialógica às questões que dizem respeito à vida comum possam contribuir para a narração e construção de uma cultura que coloque o florescimento do ser humano no centro. «As pessoas devem procurar viver o significado e os valores do Evangelho na sua cultura, mas o Evangelho deve ser sempre uma presença que nos desafia, uma força indomável e contracultural. Em todo o caso, a encarnação cultural do Evangelho nunca deve ser tal que encerre a comunidade cristã num gueto. A comunidade evangélica é uma comunidade em missão e deve estar sempre pronta para desafiar a cultura geral, independentemente da relação que tenha com ela.»³

Carmelo Dotolo

³ M. AMALADOSS, *Para Além da Inculturação. Unidade e Pluralidade da Igreja*, EMI, Bolonha 2000, 94.

Resumo

O significado mais autêntico da missão reside na capacidade de propor o Evangelho como uma dimensão importante para a qualidade de vida e para a realização de cada mulher e homem. Esta é a experiência que o Novo Testamento atesta na vida das primeiras comunidades cristãs. Nele existem dois indicadores preciosos: por um lado, a convicção de que o *kerygma* é a proclamação-proposta de um projeto que diz respeito às expectativas do homem e da cultura, mesmo que exija um caminho de transformação que não é fácil; por outro, a evangelização alimenta a necessidade de criar as condições para uma experiência religiosa e ética à luz da *revolução dos valores* do Reino. A consequência desta experiência é que a missão está ligada às questões da existência nas suas dimensões pessoais, políticas, económicas e ambientais. Por esta razão, na história da missão houve modelos diferentes de “evangelização das culturas” que marcaram a evolução da experiência e da ideia de missão.

A compreensão do processo de inculturação está intimamente ligada ao conceito de cultura e à sua delimitação em relação à organização da existência. A cultura pretende ser válida como um *projeto de sistema de vida*, acompanhando o movimento da existência de homens e mulheres, ajudando a acompanhar o ser humano que, a partir do seu estatuto de incompletude, é impulsionado a explorar, inovar, organizar-se, a tal ponto que a identidade cultural é progressivamente construída como uma forma de auto-organização humana. Neste sentido, a inculturação pode e deve contribuir para a criação de uma cultura diferente, na qual o encontro e a relação são critérios distintivos. O evento da inculturação desencadeia processos críticos de conhecimento caracterizados pelo valor da libertação-salvação que o Evangelho atesta, porque expressa a *possibilidade de uma* humanidade diferente, na qual a ética e a religião estão ao serviço da promoção da vida. O encontro das culturas é a razão fundamental pela qual *a inculturação deve conduzir à interculturalidade*, caso contrário um encontro autêntico entre cristianismo e cultura seria artificial e, talvez, irrealizável. Isto produz um efeito triplo: a) o de reconhecer *a relatividade* e *a modéstia cognitiva* como princípios orientadores da existência; b) o encontro com outros homens e mulheres obriga-nos a descobrir a pluralidade de mundos e visões de vida que perturbam o nosso eu onipotente; c) abrir-se ao outro e compreendê-lo não é nada fácil, especialmente se o outro for *um estranho*.

No *paradigma do samaritano*, a cultura evangelizadora é, portanto, participar na criatividade de uma humanidade melhor, acompanhando as suas escolhas, viragens e fracassos. A missão, então, deve ser articulada em torno de três indicadores: a) *colocar a experiência libertadora do Evangelho no centro*; b) inaugurar o *estilo evangélico profético* numa dimensão de *correlação crítica* que ofereça critérios de referência para que as boas novas do evento cristão dialoguem com as muitas situações social, económica e política, convidando-as a um processo de discernimento e mudança; c) *fazer florescer o bem humano e comum*. Ou seja, focar-se na *recriação do tecido humano*, é um pré-requisito indispensável para reformular uma cultura que promove a bondade e a paz.